

Ao primeiro dia do mês de julho de dois mil e vinte e cinco reuniram-se de forma on line para a terceira reunião de Câmara de Ensino Fundamental / Especial os conselheiros Ana Lucia Rodrigues, Carolline Pereira de A. Maia, Clície Maria Cancelier Negoseki, Dhebora Cristina da Silva, Késia dos Santos Marçal, Luiz Carlos Costa da Silva, e as convidadas Elaine Grebogy, Fábio Petroski, Fernanda Aparecida Greboge Marquette, Halyne Czmola e Lilian de Olliveira.

A Presidente do Conselho Municipal de Educação Carolline Maia inicia a reunião cumprimentando a todos, agradecendo a disponibilidade, informando que iniciará com a Educação Digital e midiática, reforçando a importância e urgência para dar andamento ao Referencial. A Presidente Dhebora inicia a leitura do Ofício número 137 ( cento e trinta e sete) enviado pela Semed, que trata sobre a implementação do componente curricular de educação digital e midiática. Seguido da leitura realizada pela conselheira Carolline do ofício número 2.889 ( dois mil oitocentos e oitenta e nove) enviado pela Semed, sendo o assunto, componente curricular: Educação digital e midiática, enviado no dia vinte e seis de junho “esse último ofício ele vem trazendo algo a mais que seria após aprovação do digital como componente curricular, como ele vai ser inserido no referencial e também porque eu pedi pras meninas, do fundamenta que mostrasse que essa conversa está sendo articulada também com a atual gestão, porque o outro ofício estava datado com a assinatura do Diego, assim, a gente fica ciente de que tanto na gestão anterior do Diego quanto na da Fátima, há uma ciência ali da secretaria num todo sobre a essa aplicação, da educação digital e mediática como componente curricular. A gente tem algumas decisões ali porque na apresentação do ofício 137, ele traz ali a aplicação da educação digital mediática como componente curricular, porém ele mexe na língua inglesa e na educação física. Então tem frentes aí, importantes para se ouvir e decidir em conjunto de que forma que a gente vai trabalhar com esse componente, se sim, se não, e as horas também que serão encaminhadas como a carga horária semanal dele. Também está aqui presente o pessoal do Edig.” A convidada Eliane apresentou a equipe Edig, incluindo a nova integrante Fernanda , e introduziu o conceito de educação digital, e através de slides explicou que a educação digital vai além do uso de recursos tecnológicos, focando na compreensão e criação com essas ferramentas, e que o objetivo é preparar os estudantes para interagir criticamente no mundo digital. Detalhou que a computação, como área de conhecimento, se articula em quatro unidades temáticas: mundo digital, cultura digital, pensamento computacional e educação midiática. Detalhou as quatro unidades temáticas do referencial: Mundo Digital, que aborda dispositivos e sistemas; Pensamento Computacional, focado em lógica e resolução de problemas; Educação Midiática, que trata da leitura crítica das mídias e produção ética de conteúdo; e Cultura Digital, que aborda o uso consciente de tecnologias e segurança digital. Enfatizou a importância de articular saberes técnicos, computacionais e pedagógicos para o profissional que atuará na área. Explicou que a concepção do componente curricular de educação digital e midiática se baseia na criatividade e no uso crítico das tecnologias, com a computação como elemento central. A metodologia segue a espiral da aprendizagem criativa (imaginar, refletir, compartilhar, brincar e criar) e a avaliação é contínua e formativa, orientada pelos 4 Cs da aprendizagem: criatividade, colaboração, comunicação e pensamento crítico. A convidada Halyne apresentou o panorama legislativo que fundamenta a educação digital, mencionando a BNCC Computação de 2022, que já indicava a obrigatoriedade da inclusão. Ela destacou a Política Nacional de Educação Digital (PNED) de 2023, que alterou artigos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), e a Resolução 2/2025 e o Parecer 4 de 2025, que consolidam a educação digital e midiática como componente curricular obrigatório a partir de 2026. A convidada Fernanda apresentou o plano estratégico para a integração curricular da educação digital e midiática nos anos iniciais do ensino fundamental e de forma transversal na educação infantil. Ela destacou que o plano prevê a articulação de saberes, aquisição de

equipamentos e a formação continuada de professores, considerando os resultados de um diagnóstico de rede de 2024 que identificou a baixa especialização na área. O cronograma inclui a elaboração do quadro organizador, plano de formação, levantamento de infraestrutura e a criação de um grupo de trabalho intersetorial. O convidado Fabio detalhou a criação de uma comissão interna de integração curricular da educação digital e midiática, com representantes de diversos segmentos da secretaria para garantir uma construção democrática e monitorar os processos. Ele apresentou um cronograma de cinco reuniões, que incluem a apresentação da proposta, o quadro organizador, resultados de infraestrutura, plano de formação docente e avaliação das primeiras ações formativas. A Conselheira Caroline enfatizou a importância da formação de professores específicos para a educação digital e midiática, conforme sugerido no Parecer 4( quatro) do Conselho Nacional de Educação, que destaca a profundidade dos conteúdos e o perfil do professor especializado. A Conselheira Késia complementou sobre a infraestrutura existente, como telas interativas e tablets, e a proposição de aquisição de Chromebooks para os estudantes. Ela também ressaltou a preferência pelo aluguel de equipamentos devido à rápida obsolescência tecnológica. Expressou a crença de que a implementação do componente curricular de educação digital e midiática será facilitada pela familiaridade dos profissionais com a tecnologia e que haverá um levantamento inicial de afinidade para identificar multiplicadores nas unidades. A convidada Elaine complementou que a robótica já trabalha quase todos os eixos previstos e que o novo componente fortalecerá esse projeto nas unidades. O convidado Fabio enfatizou que a principal resistência dos professores em relação ao novo componente tecnológico é o medo do desconhecido. Ele destacou o papel dos formadores da secretaria em guiar os professores pelo processo formativo, garantindo que se sintam seguros para trabalhar e percam o medo de construir o conhecimento junto com os estudantes, mediando o aprendizado. A convidada Halyne descreveu o processo de construção do referencial, que começou em 2023 com o Fundamental e foi enriquecido em 2024/2025 pela comissão composta por vários departamentos, incluindo a Semed e o Conselho . Ela mencionou que o instrumento de avaliação do currículo, a rubrica indicada pela Undime, foi utilizado para coletar sugestões de alteração dos participantes, resultando em um processo enriquecedor para a entrega do documento final. A Presidente Dheborá reconheceu a importância do componente curricular de educação digital e midiática, mas questionou o status da língua inglesa, e a Conselheira Késia explicou que o aumento da carga horária da educação física liberaria tempo para a educação digital e midiática, propondo que a língua inglesa fosse integrada à dimensão de cultura e arte da educação em tempo integral, detalhou que, embora a língua inglesa não seja universalizada no início para todos os estudantes da ETI, a coordenação de língua inglesa da Semed apoiaria os professores da ETI com formações e oficinas. Ela também argumentou que o inglês, sendo a linguagem da educação digital, garantiria que os estudantes que não estão na ETI ainda teriam contato com a língua inglesa, embora sem a especificidade dos objetivos curriculares. A Presidente Dheborá expressou preocupação de que a língua inglesa ficaria perdida na dimensão de cultura e arte da ETI e que não aconteceria como proposto no referencial curricular, necessitando de um repensar sobre como seria conduzida a aula de inglês e se haveria um professor específico . Ela comparou a situação com a educação midiática, que também se dissolveria se fosse inserida em outra área. A conselheira Clicie levantou a questão de como o componente curricular de educação digital e midiática seria articulado para escolas como a Escola Bilíngue de Surdos e a Escola Madre Paulina . A convidada Halyne respondeu que já houve reuniões com o departamento de educação especial e que a constituição de Grupos de Trabalho (GTs) específicos é prevista para adaptar o currículo e considerar a tecnologia assistiva. A conselheira Clicie compartilhou a experiência do estado, onde professores ministram pensamento computacional sem saber o que realmente trabalhar, resultando em aulas que não acontecem plenamente . Ela defendeu que o município precisa desmistificar que pensamento computacional se resume a celular e computador, enfatizando a importância da formação inicial para quebrar barreiras e garantir

que o documento escrito não seja apenas mais um documento. A convidada Halyne ressaltou que o nome pensamento computacional ou cultura digital é restritivo, conforme a Undime, e que o objetivo é criar um documento que realmente auxilie os professores. Ela destacou a importância de um plano de formação para este ano e o próximo, com acompanhamento constante, para que os professores compreendam o novo componente e se sintam apoiados. A Conselheira Ana Lucia parabeniza a equipe Edig, reforça que é necessário investir na formação dos professores “esse trabalho do professor ele vai contribuir, eu penso que quando vem e a gente acompanha pelo governo federal e veio essa determinação, porque é uma determinação porque vai vir até pelo VAR, senão o município não vai receber o recurso, é justamente para não acontecer de ter municípios ou escolas que não tem desses recursos e não trabalham, não é o professor não pode hoje simplesmente chegar e lá dar a sua aula. Ele tem vários recursos que ele pode utilizar e que vá chamar e que vai trazer pra criança, porque a criança hoje ela não quer só ouvir o professor falar, ela precisa de recursos diferenciados para poder trabalhar.” A convidada Fernanda fala “íntegro também, que o componente também abrange a educação infantil, de maneira transversal, os pontos de experiência, especificamente ali para as turmas do pré1 e do pré-2, trazendo essas concepções, essas experiências e desenvolvendo esses saberes essenciais, com foco na computação desplugada, e também é interessante observarmos que irá existir, um diálogo entre a educação infantil e o ensino fundamental, que é algo essencial para o desenvolvimento de um trabalho de qualidade. A Conselheira Caroline questiona “eu preciso fazer uma pergunta aí pro seria mais, obviamente, acredito mais que para Késia do que digital, por nós temos um passo importante. Eu acredito que aqui como Câmara do ensino fundamental tudo está caminhando para que seja bem aceito a educação digital e mediática como componente curricular. Mas no ofício 137 (cento e trinta e sete) ele apresenta o que eu falei lá no começo, sai o inglês, aumenta a carga horária da educação física, diminui 20 (vinte) minutos de língua portuguesa e matemática para que tenha, esse ajuste aí no componente curricular que está apresentando no ofício. Minha pergunta que vai ficar é a gente, aí vai depois lá na deliberação 17/2021 que vai ter que fazer alteração, é o porquê de não se manter o inglês no lugar do aumento da educação física. Desculpa a pergunta, mas assim, por isso que eu falei que não fica tanto pro digital, mas fica numa questão da gente decidir uma carga horária semanal aqui do que vai ser aprovado como componente curricular? O porquê de não continuar esse ensino do inglês? E aí a minha preocupação enquanto a criança, que é o nosso foco maior É o por não e o porque sim, eu preciso porque eu sei que se eu não perguntar, vai chegar lá na reunião do Conselho, muito provavelmente alguém vai perguntar. Então a gente faz aqui, vamos dizer, estou supondo, a gente aprova a educação digital mediática com uma hora de carga horária semanal e aí tem as outras questões para que comece ali a ser também debatidas, de como vai ser dividida essa grade. Então fica a pergunta para Késia de uma defesa do porque essa decisão do departamento de ensino fundamental, e secretaria, óbvio, dessa mudança ali na grade.” A Conselheira Késia diz “inicialmente, e acho que é importante é ressaltar que o departamento encaminhou como uma sugestão. Então, nós sugerimos essa organização, não necessariamente que ela tenha que acontecer da forma como está posta aí.” A Conselheira Késia explicou que a sugestão de aumentar a carga horária de educação física visa garantir que todas as unidades tenham um professor de educação física, liberando outros professores que hoje complementam sua carga horária na educação física para outras funções, como corregência nas turmas de alfabetização. Ela mencionou que, em algumas escolas, os professores de educação física ficam subutilizados e não podem ser remanejados para outras funções. Informou que a proposição inicial era retirar 20 (vinte) minutos de língua portuguesa e matemática, mas que, após a análise dos resultados de fluência leitora, eles repensaram e consideraram a possibilidade de retirar 20 (vinte) minutos de história e 20 (vinte) minutos de geografia para compor os 40 (quarenta) minutos necessários para a educação digital e mediática. Ela explicou que essa mudança impacta a garantia dos 40 (quarenta) minutos de hora atividade dos professores regentes. A

Conselheira Carolline enfatizou a urgência de aprovar e publicar o referencial, sugerindo incluir a educação digital na grade tirando tempo de história e geografia para evitar grandes mudanças no referencial no momento. Destacou que o referencial é um documento aberto a futuras alterações, priorizando a publicação do documento dentro do prazo e a posterior discussão da organização da grade curricular em relação ao inglês e outras questões. A Conselheira Késia reforça “o departamento está aberto, gente, a outras sugestões, a outros olhares sobre isso. Eu acho que a questão que a Dheborá levantou do inglês, que talvez fique meio perdido dentro dessa unidade temática de cultura, é um ponto a ser discutido, de repente com a educação em tempo integral, se a gente conseguiria dar uma especificidade para a língua inglesa dentro do trabalho, das horas que ele já tem hoje, sem ferir a legislação também, que traz toda uma gama de objetos de conhecimento que precisam ser trabalhados dentro da educação em tempo integral as unidades temáticas que precisam ser trabalhadas necessariamente sem que a gente fira elas. Então acho que isso a gente consegue estabelecer aí um diálogo com a educação em tempo integral.” A Conselheira Clície questiona “Se o inglês vai para educação em tempo integral, nem todos os estudantes participam nem todos terão acesso à língua inglesa. Também tem essa situação.” A Conselheira Késia responde “Isso é aquilo que eu comentei, Clície, a gente optou na língua inglesa por ela não ter a obrigatoriedade da oferta. A gente entende que não vai haver a universalização, infelizmente. Claro que a ampliação e a gente pensa sempre que o município trabalha para ampliação do número de estudantes dentro da educação em tempo integral, mas é um caminhar lento, eu acho que dentro da educação digital os demais estudantes também, de certa forma terão contato com a língua inglesa por ser, a linguagem da educação digital mesmo. Mas a gente também entende que, infelizmente, não será oferta para todos.” A Conselheira Carolline fala “Se hoje nós levássemos um encaminhamento de inclusão da educação digital, colocasse ela lá, enfim, talvez tirando o que a Késia falou de história, de geografia. Por que eu estou falando isso? para não mexer muito no referencial nesse momento, que é um documento que sempre vai estar em aberto para a gente poder fazer essa publicação. Até conversei isso com a Ana, não vejo que é o jeito mais coerente, vamos dizer assim, mas talvez o mais prático pra gente caminhar com segurança. Então a gente já colocaria o digital na grade, tiraria do que você está falando ali, Késia do que você precisa para disciplinar, para que a gente inclua ele no referencial, inclui o digital no referencial, a gente faz a publicação dele e daí dá o próximo passo, que é a organização aí da grade curricular em relação ao inglês, porque você entende que nesse momento aqui vai mexer em muita coisa, principalmente na questão do referencial, o meu pensamento aqui está totalmente focando na publicação do referencial. Eu sei que não é brincadeira, nós estamos tratando aqui de uma carga horária semanal da escola, do aluno, da unidade, do professor que está lá, de uma organização de grade, de tudo, enfim. Mas hoje dentro do que a gente tem, eu acredito que seria uma forma que não mexeria tanto neste momento até agosto, no que está lá já na escola e contemplaria o prazo que nós temos para aprovação, e publicação desse referencial. Será que isso seria um caminho ou não? Porque talvez eu possa estar errada, mas eu entendo que a gente tem que sair daqui com o parecer dessa reunião. Enfim, ou não dessa, ou de uma próxima, mas a gente vai ter que tomar logo uma decisão sobre isso para que a gente se debruce na deliberação 17 (dezessete).” A Conselheira Késia responde “penso que é possível, Carol. Eu só não sei a implicação que a gente tem disso enquanto legislação, porque a gente está aprovando um componente que não tem um espaço de grade horária.” A Conselheira Carolline responde “entra, ele tiraria, só não entraria, só que a educação física fica permanecer uma hora por enquanto, vamos dizer assim, e ele entraria nisso que você nos 40( quarenta) minutos, daí teria que ter uma adequação para fechar uma hora para contemplar ele dentro da grade.” A Conselheira Késia questiona se assim manteria o inglês na grade, a Conselheira Carolline diz que sim “tem uma mudança no referencial, por se hoje a gente falar, não, vamos tirar a língua inglês, nós vamos ter que retirar ela do referencial como componente. Então, a gente vai ter que colocar ela, adequar ela como projeto da educação em tempo integral. Isso necessita de um estudo,

de uma organização. A gente não tem tempo para isso. Esse é o meu olhar, a gente não tem um tempo para organizar o referencial dessa forma para que ele seja publicado, no tempo de agosto. Se tivesse mais tempo, teria, gente, podia passear à vontade dentro disso. Então, o que eu queria, a minha proposta é sistematizar uma forma que a gente contemple o digital para que ele já venha adequado dentro do referencial, mas que a gente possa fazer a possível publicação dele. E aí tem as pessoas aí para Dheborá coordenar.” A Presidente da Câmara, Dheborá diz “É, e antes eu só queria completar um pouquinho a tua fala, Carol, com uma angústia, porque assim, realmente nesse momento a gente precisa aumentar a educação física, Porque quando eu leio ali no outro ofício, que tem um documento que é no manual de atividades físicas que preconiza 60 ( sessenta) minutos de atividade física por dia, para as crianças e adolescentes de 5 ( cinco) a 17 ( dezessete) anos, que é uma outra questão que a gente tem que analisar, porque como a gente está falando de carga horária, acaba mexendo em tudo. Então, a gente realmente precisa nesse momento aumentar a educação física? Porque daí escutando a fala anterior da Késia, talvez a gente só esteja aumentando a carga horária de educação física para dar conta desse profissional que está ali, que a gente não sabe muito bem como organizar nesse momento. Mas de repente a gente também pode se debruçar nisso e ter outras ideias de como organizar esse profissional. Então, de repente não aumentar essa carga horária de educação física, manter ela em uma hora como já estava e daí já tem ali mais 40 minutos que a gente pode estar dedicando ao inglês, enfim, a gente pode ajustar para ficar uma hora.” A Conselheira Caroline responde “ a questão ali, Débora, que eu vi que pegou na fala da Késia, é que hoje esse profissional ele está ocioso em algumas unidades, eles não têm o que fazer com ele, porque ele não pode assumir algo que não seja educação física. Então ela adequaria ali e ela libera outros profissionais que hoje a falta de professor é algo gritante , para fazer uma outra função dentro da unidade. Então da questão da educação física, o que pega ali, quando ela pede para aumentar, no meu entendimento, seria isso.” A Conselheira Késia complementa “especificidade do trabalho deste profissional. Então, se eu se eu pudesse, por exemplo, aproveitar esse profissional para dar os 40 minutos, por exemplo, de inglês, excelente, tava resolvido o problema, não tirava de lugar nenhum. Não perderia.” A Presidente Dheborá continua “eu entendo isso, gente, só que assim, na minha cabeça não entra que a gente tenha que aumentar uma carga horária, porque eu estou com um profissional ocioso, entende? É só isso que assim, eu sei que é um problema, eu sei que a gente tem que pensar isso, eu não estou desmerecendo, é um problema grave não ter os professores ou, enfim, toda essa problemática. Eu não vou ficar aqui citando que vocês já sabem. Eu só não acho que a gente tenha que tomar a decisão de carga horária baseada, só nessa situação específica. Então acho que a gente tem que pensar a carga horária de uma forma e depois realmente ter um momento para pensar o que a gente vai fazer com esse profissional ocioso, porque realmente é grave, a gente vai ter que resolver essa parte, do negócio ali também, com certeza, mas agora eu também vou liberar para Halyne, daí na seqüência Ana Lucia também pode falar para daí a gente ir, fazendo os encaminhamentos. “ A convidada Halyne questiona “Eu só queria tirar umas dúvidas para ver se eu estou desenhando a pergunta aí, a opção da Carol. Aí no caso, sem mexer com o que já está previsto de R2, o inglês ali, quem daria o componente de educação digital e mediática seria um outro R2 ou seria o próprio regente um? “ A Conselheira Késia responde “ seria o professor que hoje trabalha produção de texto e RTI. É um R2. Aí eu quero que vocês entendam que também teremos uma gama maior de direcionamento para formação, porque hoje para duas turmas é um professor que dá produção de texto, para as outras duas é outro. Então é também é o porque é um 40 minutos quebrado. Seriam 40 (quarenta) minutos na integralidade seguidos, mas com um número maior de professores.” A Convidada Elaine fala “ e o 40 ( quarenta) minutos. Eu só vou complementar a fala da Halyne, eu me preocupo em relação a esses 40 (quarenta) minutos, porque nós temos aí 58 ( cinquenta e oito) objetivos de aprendizagem distribuída em quatro unidades temáticas e elas são bem profundas, são assuntos novos, são assuntos diferentes que eu não consigo

muitas vezes estar associando com outros assuntos. E assim me preocupa, eu já me preocupo com uma hora. Eu sei que cada um defende o seu. Então assim, hoje eu vejo um problema muito sério se a gente ficar ali com 40 (quarenta) minutos. Vai acontecer o que a Clície falou, a gente vai ter um currículo na gaveta, uma proposta linda desenhada, um sonho que vai ser desconstruída por conta de um tempo ali de 40 (quarenta) minutos, sabe? Porque faz muita diferença, que eu já dei produção de texto, eu sei como que a gente trabalha, o que a gente consegue fazer com esses 40(quarenta) que acabam não virando 40 (quarenta) por conta do deslocamento, enfim.” A Conselheira Ana Lucia reforçou seu apoio à educação digital, mas expressou preocupação com a retirada do inglês para todos os alunos, pois foi uma vitória para as famílias e um avanço para São José dos Pinhais . Ela questionou a estratégia de aumentar a carga horária da educação física para resolver o problema de profissionais ociosos, sugerindo que os profissionais de educação física têm outras funções e que a carga horária deveria ser pensada de forma mais estratégica, separadamente da gestão de pessoal e diz “algo que a gente tem que pensar porque não é para esse ano ainda, que é pro ano que vem e aí a gente pode realmente pensar e não há problema nenhum se a gente colocar de uma forma lá no SIMEC e depois mais tarde a gente tem que fazer algumas alterações. Isso não é problema. Isso vai acontecer, até porque quando a gente fala em currículo, o currículo está sempre em constante movimento. Penso que talvez agora no segundo semestre, que como a gente tem muita preocupação, é complicado falar, mas acho que já fazer como a Elaine, eu também acho 40( quarenta) minutos, muito pouco, e já fazer assim algumas experiências de trabalho para poder sondar como é que seria isso lá dentro da escola, sendo vocês mesmos, mas colocando na prática para ver, pra gente sentir o que precisa mais e o que precisa menos. E sempre pensando também que a língua portuguesa ela vai ser trabalhada igualmente em ciências, ela vai ser trabalhada igualmente em história, ela vai ser trabalhada em geografia. Porque quando a gente trabalha a questão dos textos com as crianças, a gente já está trabalhando a língua portuguesa também. E acredito que vai acontecer isso com o tempo no Edig também, no trabalho de computação, porque é mais para o professor e a criança poder aprender e aí a produzir também. Ela precisa daí fazer essa articulação com o que ela está aprendendo e o professor tem que fazer com que ele está ensinando. Então é um trabalho conectado com quem vai fazer esse trabalho.” A Conselheira Késia ressalta “O que a gente também não pode perder de vista é que hoje esse espaço dos 40 ( quarenta) minutos é ocupado pela produção de texto e ele é carga horária da língua portuguesa. Então, hoje ele é carga horária da língua portuguesa. Então, eu não posso colocar nesses 40 ( quarenta) minutos nada que não tenha vinculação com a língua portuguesa, porque a gente até poderia pensar assim: "Ah, então vamos colocar o inglês nesses 40 ( quarenta) minutos". Mas hoje pela deliberação 17 ( dezessete) é a garantia da carga horária de língua portuguesa. Esses 40 ( quarenta) minutos fazem parte da língua portuguesa. Então não tem como eu colocar a língua inglesa dentro da língua portuguesa. A educação digital até poderia justificar, porque eu posso trabalhar com textos, eu posso abarcar a língua portuguesa nesse trabalho, mas a língua inglesa não. Então a gente também precisa ter vistas nisso. De onde saem esses 40 ( quarenta) minutos? Saem da língua portuguesa, só para deixar claro.” A Convidada Elaine fala “Então, eu só queria dizer que eu entendo quando a Ana Lucia ela fala sobre esse retrocesso, de uma possível retirada da língua inglesa, eu sei que cada um defende uma perspectiva e não é nem assim que eu me coloque agora no sentido de que ai, tira mesmo e pronto, não é isso, e nem porque eu estou no digital, mas eu penso assim, hoje a gente vê por essa conversa aqui o quão difícil é deliberar sobre isso. Por quê? porque eu tenho uma carga horária, eu não tenho de onde tirar. E eu preciso decidir algo que realmente é algo que uma legislação impõe e a gente está no sentido assim de pressão em relação a prazos, em relação a trabalhos futuros, que depende dessa conversa também. Então assim, quando Ana Lucia coloca que é um retrocesso essa retirada, a gente tem que pensar num outro prisma de que ao mesmo tempo que é um retrocesso, uma retirada, é um sucesso, uma implementação de algo que hoje ele conversa com a sociedade de maneira muito particular.

Então, o reflexo da educação digital hoje dentro dos lares, ele é um reflexo que ele tem destruído famílias, ele tem destruído vidas, ele tem, sabe, ele traz prejuízos diferentes. É muito difícil falar isso, gente, sabe? Não é não é menosprezando uma coisa e supervalorizando outra, mas eu penso assim que não à toa se construir uma política, não à toa precisa se trabalhar isso nas bases, sabe? O inglês ele é importante. Eu amo, eu sou apaixonada por língua inglesa, sabe? Eu sei da importância de tudo isso, mas eu penso assim que hoje nós, aqui conversando, deliberando um futuro, algo tão importante, o impacto que isso tem na comunidade, pensando em tudo isso, só trazer essa reflexão, em torno de tudo o que acontece hoje em relação ao digital, o quanto isso impacta e da importância desse trabalho acontecer, sabe? E eu acho que isso também forma argumentos para que quando a gente for confrontado e for questionado, porque o que a Ana Lucia colocou é uma verdade, a comunidade vai impor, porque assim, eles entendem como uma retirada, mas a gente tem que ter esse argumento de que ao mesmo tempo que é uma substituição, na verdade. E essa não universalização hoje ela acontece com o digital. Então hoje esse direito que as crianças têm de estarem informadas em relação a tudo isso, dessa formação desse sujeito crítico, ela também não está acontecendo na universalização. Então são, é muito difícil.” A Conselheira Ana Lucia responde “É só para complementar que quando eu falei do retrocesso em nenhum momento contra o digital ou Edig e o trabalho de computação, que eu acho e até coloquei para mim é fundamental também, até porque entra no que a Dhebora falou da questão do profissional de educação física. Esse é o meu maior questionamento também, que é da educação física. Sem dúvida nenhuma, tem que ter esse trabalho, da educação computacional. Ela precisa sim acontecer. Já está tarde para isso. Acho que o inglês complementa muito esse trabalho, por isso a minha preocupação também, aí entra a questão das famílias, como eu coloquei, é só a questão dos profissionais, como a Dhebora falou, que eu acho que deveria assim ser revisto, essa questão aí, até porque tem outras atividades que eles podem fazer, aí tem que ser feito todo um trabalho e nada também que a gente não possa mexer numa legislação se for o caso. Eu sei o quanto é difícil ter um profissional lá sentado enquanto a escola está se quebrando, né Késia. E a gente chegar e dizer pra pessoa, a gente precisa de ajuda e a pessoa não, não é minha função, não vou fazer.” A Conselheira Késia ilustrou o desgaste nas relações dentro das unidades escolares, relatando um caso em que uma professora regente se recusou a cobrir uma aula de educação física, alegando que, se a professora de educação física não pode dar outros componentes, ela também não pode dar aulas de educação física. A Conselheira Carolline enfatizou que o acolhimento da educação digital na grade deve ser priorizado, mas que a definição de como será distribuída a carga horária ainda precisa de uma discussão mais ampla. A Conselheira Késia se comprometeu, como representante do ensino fundamental, a estudar outras possibilidades de organização da grade horária e levá-las à próxima reunião, considerando a especificidade e o número de profissionais, bem como os horários já definidos. A Conselheira Clície sugeriu consultar outras regiões metropolitanas para obter estratégias sobre como lidar com o novo componente, buscando inspiração em suas experiências, comprometendo-se a buscar essas informações. As Convidadas Elaine e Halyne refletiram a questão do pensamento computacional e a percepção de que a transversalidade é o caminho preferencial, embora, segundo Elaine, isso revele uma certa desorientação. A Convidada Halyne e a conselheira Késia apontaram que a transversalidade tem sido interpretada de forma equivocada, misturando-a com inclusão digital e outras metodologias. As especificidades do mundo digital são difíceis de trabalhar de forma transversal em outros componentes curriculares, o que levanta a questão de quem será responsável por esse conteúdo. A Conselheira Késia enfatizou a necessidade de garantir a especificidade do componente no trabalho transversal e que uma formação abrangente para todos os professores da rede seria necessária. A Presidente Dhebora expressou preocupação com a dificuldade de trabalhar as temáticas de educação digital com um grupo restrito, imaginando o desafio para uma rede inteira, e destacou a importância da formação para todos os professores. As participantes concluíram que, embora a

transversalidade seja uma opção, ela esbarra em questões metodológicas dos professores, e a consolidação da educação digital como componente pode incentivar outros professores a se aprofundarem nesse universo. Propôs que o encaminhamento final seja a aprovação da educação digital, e que se marque uma próxima reunião para estudar as questões que permeiam a organização desse componente. A Convidada Halyne reiterou a importância da formação para todos os professores, especialmente no que tange a metodologias e uso de recursos, distinguindo entre conhecimentos específicos da educação digital e o uso de ferramentas. Nada mais havendo para tratar a presidente agradece a participação de todos e encerra a reunião. Eu, Vanessa Ribeiro de Andrade Silka, lavrei a presente ata, que depois de aprovada será assinada pela Presidente da Câmara de Educação Ensino Fundamental / Especial de São José dos Pinhais.